

Soberania digital é o novo campo de batalha europeu

Entre a competição global, a regulação das grandes plataformas tecnológicas e a ambição industrial, a União Europeia procura um equilíbrio entre autonomia e abertura. Portugal segue o mesmo caminho, mas o desafio é transformar a estratégia em poder real.

TEXTO

RICARDO SANTOS FERREIRA

↙ A soberania digital tornou-se a nova fronteira da política económica europeia. Bruxelas fixou para 2030 metas ambiciosas — no Digital Decade (Década Digital) — e aprovou legislação estruturante como o Digital Markets Act (Lei dos Mercados Digitais, DMA na sigla em inglês), o Digital Services Act (Lei dos Serviços Digitais, DSA na sigla em inglês) e o European Chips Act (Lei Europeia dos Semicondutores, Chips Act, na expressão anglo-saxónica). O objetivo é reduzir dependências tecnológicas externas, reforçar a segurança das cadeias de valor e afirmar a autonomia europeia em setores críticos.

“A tecnologia é hoje a nova fronteira do poder. A competição entre blocos — Estados Unidos, China, Índia e Europa — decide-se no controlo de infraestruturas digitais, padrões técnicos e redes de inteligência artificial. Quando são controladas fora da Europa, a soberania deixa de ser apenas jurídica e torna-se tecnológica”, afirma Adolfo Mesquita Nunes, sócio da Pérez-Llorca.

**Adolfo Mesquita Nunes**

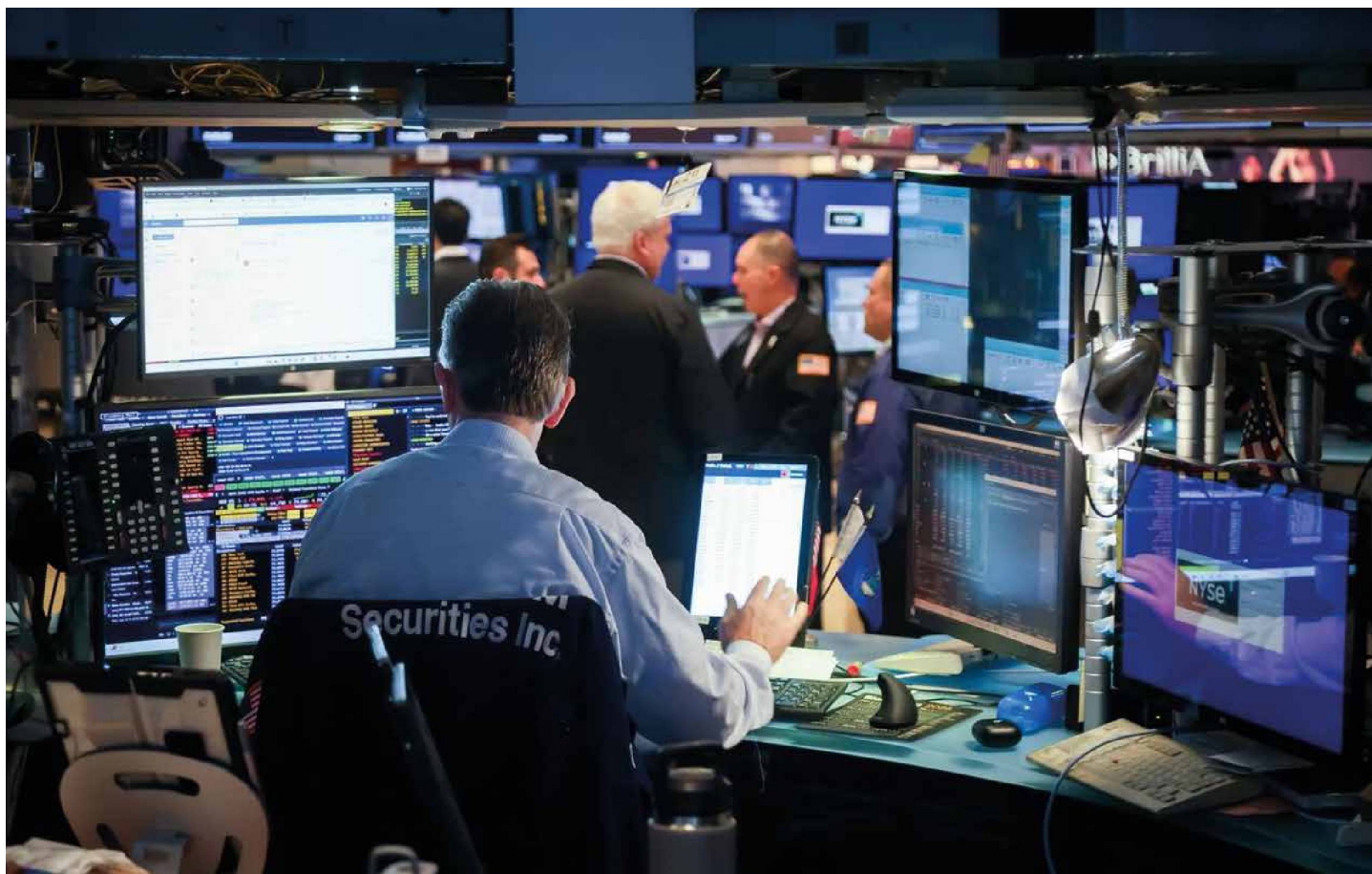
Sócio da Pérez-Llorca

**Catarina Mascarenhas**

Consultora da Abreu Advogados

**Rita Leandro Vasconcelos**

Sócia da Pérez-Llorca



O relatório sobre o Estado da Década Digital 2024, publicado pela Comissão Europeia, reconhece atrasos significativos nas metas digitais, sobretudo na capacitação de profissionais e na adoção tecnológica das empresas. Daí a aposta em programas industriais como o GAIA-X (iniciativa europeia de computação em nuvem) e no reforço da produção de semicondutores.

Catarina Mascarenhas, consultora da Abreu Advogados, identifica “uma verdadeira geopolítica dos dados” na rivalidade entre blocos. “Os EUA privilegiam a inovação rápida e a monetização de dados; a China aposta no controlo centralizado; e a Europa tenta afirmar um modelo de confiança e regulação, assente em direitos fundamentais e transparência.” Para responder a esse contexto, a advogada recorda que a União Europeia lançou o Data Act (Lei dos Dados), o Data Governance Act (Lei da Governação dos Dados) e o AI Act (Lei da Inteligência Artificial), “promovendo fluxos de dados globais seguros e equilibrando inovação com proteção”.

Em Portugal, a Estratégia Digital Na-

cional tenta alinhar o país com essa agenda. Para Mesquita Nunes, “a Anacom e a CNPD [Comissão Nacional de Proteção de Dados] deveriam ter um papel central na soberania digital portuguesa”. A primeira, diz, deve “assegurar infraestruturas críticas seguras e interoperáveis”, enquanto a segunda “protege os dados, ativos essenciais para a autonomia política e económica”.

Mas o país continua vulnerável. “A dependência de clouds, redes 5G e serviços de cibersegurança estrangeiros coloca um desafio estratégico à soberania tecnológica nacional”, alerta Mascarenhas. “Parte dos nossos dados circula em infraestruturas sediadas fora da União Europeia, sujeitas a regimes jurídicos alheios, como o Cloud Act (Lei das Clouds, legislação norte-americana). Reforçar a soberania digital implica diversificar fornecedores, apostar em tecnologias open source (código aberto) e participar em projetos europeus de nuvem e segurança.”

Rita Leandro Vasconcelos, também sócia da Pérez-Llorca, acrescenta que “a União Europeia procura equilibrar a regulação das grandes plataformas tecnológicas (Big Tech) com a necessidade de autonomia estratégica em TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação)”. João Nóbrega, managing partner da EY Law Portugal, concorda: “A União Europeia está a construir um modelo próprio que combina concorrência justa, limitação de práticas abusivas e reforço da autonomia estratégica.”

Leandro Vasconcelos recorda ainda o Relatório Draghi, publicado em setembro de 2024, que introduz o conceito de “autonomia estratégica aberta”, defendendo que “é possível conciliar investimento público e regulação sem isolar a Europa”.

Para Portugal, o caminho é claro: executar a Estratégia Digital Nacional e transformar a regulação em capacidade produtiva e tecnológica. Como resume Mesquita Nunes, “a dependência tecnológica transforma-se em dependência estratégica” — e é essa que a Europa quer, finalmente, ultrapassar.